

# Fazer a diferença na Europa

A candidata indicada pela Aliança/Açores às eleições europeias, Paula Pacheco, admite que há uma desconfiança crescente nos partidos tradicionais e defende que a Aliança pode ser uma alternativa. **[02 e 03]**



DIÁRIO INSULAR TER | 23.04.19

A PARTIR DE HOJE NA PRAIA DA VITÓRIA

## TRIBUNAL ESPECIALIZADO AGILIZA PROCESSOS NA TERCEIRA

[páginas 06 e 07]



FOTOGRAFIA JEDGARDO VIEIRA

EFEMÉRIDE

**Terceira assinala passagem dos 45 anos do 25 de abril**

[página 04]



PRAIENSE GARANTE PLAY-OFF E PRIMEIRO LUGAR

### Agatão já prepara ataque à subida

O Praisense derrotou, em casa, o Olímpico do Montijo por 3-1 e garantiu não só o apuramento para o play-off de acesso à Segunda Liga, como também o primeiro lugar da Série "D" do Campeonato de Portugal. Agatão diz acreditar na subida. Quanto ao Angrense, venceu o Pinhalnovense (2-0) e ainda respira pela fuga à despromoção. O Fontinhas é que está perto de ser campeão. **[18, 20 e 21]**

PUB.



UTILIZANDO BARROTES E VIGAS COM TRATAMENTO AUTOCLAVE, AUMENTA A DURABILIDADE DA SUA MADEIRA NO EXTERIOR.



Tel: 295 218 222  
mobilario@megaloja.pt

Tel: 295 628 792  
mat.construcao@megaloja.pt

DISPONÍVEL NO NOSSO ESPAÇO COMERCIAL. PEÇA JÁ O SEU ORÇAMENTO!

QUESTÕES DE FAMÍLIA, MENORES E TRABALHO

# Tribunal da Praia da Vitória especializa-se a partir de hoje

Entra hoje em funcionamento, no Tribunal da Praia da Vitória, o Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho. Advogados da Terceira veem a mudança com bons olhos.

O Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da Terceira, único no país, entra hoje em funcionamento no Tribunal da Praia da Vitória. Todos os processos da ilha relativos a estas matérias passam a ser julgados naquela instância.

De acordo com os advogados Clélio Meneses e Paulo Santos, trata-se de uma pretensão antiga que só pode ser encarada com bons olhos.

“É uma alteração benéfica. É uma especialização, o que significa conferir maior celeridade aos processos. Para quem os julga, é um passo importante que decorre, aliás, de uma reivindicação com alguns anos”, disse Clélio Meneses em declarações ao DI.

Segundo o advogado, os benefícios que advêm dessa mudança – e que se traduzem, essencialmente, e na sua opinião, na rapidez do tratamento das matérias em causa – vêm ao encontro de uma evolução positiva que tem vindo a acontecer no Tribunal da Praia da Vitória.

“Nos últimos anos houve uma evolução significativa [no tempo de resposta do Tribunal da Praia da Vitória], devido a um esforço grande dos juizes e dos funcionários judiciais que por lá passaram. Este é mais um passo nesse sentido, que vejo com agrado”, afirmou.

## DECIDIR BEM

Mesma opinião tem Paulo Santos. Segundo o advogado, a especialização daquela instância vem agilizar os processos, mas também aproximar os magistrados das questões que tratam.

“A especialização dos tribunais nas várias áreas do Direito, que é vasto



**TRIBUNAL DA PRAIA** Celeridade dos processos tem vindo a melhorar, garantem advogados

e complexo, não pode ser olhado senão com agrado. Não se trata de uma especialização técnica, porque isso implicaria que os magistrados tivessem formação especializada desde o CEJ [Centro de Estudos Judiciários], desde o início, o que não acontece. De qualquer forma, isto permite que os magistrados tenham maior apego às especialidades em causa”, sustentou.

Esta alteração, referiu ainda o advogado, vai contribuir, igualmente, para conferir à instituição maior importância no todo local.

“Penso que será uma alteração feliz, até mesmo para dotar a estrutura de centralidade e para reforçar a sua presença junto da sociedade, já que alivia o peso de outros tribunais”, referiu.

O advogado também destaca as melhorias a que o Tribunal da Praia da Vitória tem assistido, desde 2014, no tratamento dos processos, sobretudo na área cível. Nos últimos anos, diz, tem sido possível “pôr o trabalho em dia”. Ainda assim, destaca, essa não deve ser a principal preocupação do sistema de justiça.

“A celeridade dos processos depende de muitos fatores, mas o mais importante na justiça não é a celeridade – embora essa seja uma ideia incutida, até, pelo Conselho Superior da Magistratura, que parece viciado nisso. Nós não sabemos por que critérios são avaliados os magistrados, porque isso não é divulgado, mas é quase certo que a celeridade é um deles. Isso não

é mau, a celeridade não é má, mas a justiça precisa do seu tempo. Se se conseguir que seja mais rápida, melhor, mas não me parece que deva ser o mais importante”, considerou.

## REFORMA DE 2014

A decisão de avançar com o Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho no Tribunal da Praia da Vitória, decorre de uma proposta, elaborada em 2015, depois de implementada a reforma judiciária nacional em 2014, conforme explica Moreira das Neves, juiz desembargador e presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, em texto de opinião aqui publicado.

De acordo com Paulo Santos, as alterações implementadas há cinco

ESPECIALIZAÇÃO JUDICIAL NA ILHA TERCEIRA

## O Juízo de Família, Menores e de Trabalho



J. F. Moreira das Neves (\*)

**H**oje, 23 de abril de 2019, entra em funcionamento o novo Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da Praia da Vitória. Sendo esta a sua designação oficial – dispõe a lei que os Juízos (os Tribunais de primeira instância desdobram-se em Juízos) têm a designação do município onde estão instalados - bem poderia designar-se «Juízo Misto de Família, Menores e Trabalho da ilha Terceira», pois a sua competência territorial estende-se à área dos dois concelhos da ilha e as audiências dos respetivos casos também decorrerão, por regra, em cada um deles.

Apesar de este novo Juízo de Família, Menores e de Trabalho ser único no seu género (não há no país nenhum outro com esta competência especializada mista) integra-se com naturalidade na matriz da reforma judiciária iniciada em 2014, a qual, a mais de assentar na ideia de que os órgãos de justiça da primeira instância devem ter uma gestão moderna, tem como vetor essencial a especialização dos serviços como instrumento de celeridade, gizada em resposta à maior e mais bem fundada crítica que se aponta ao sistema de justiça. O primeiro passo neste sentido deu-se logo em setembro de 2014, com a criação dos Juízos especializados cíveis e criminais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. O segundo ocorre agora, com este Juízo especializado misto de Família, Menores e de Trabalho, fruto de proposta arrojada mas assertiva, construída nos Açores logo no primeiro semestre de 2015 e depois amplamente sustentada até à sua implementação.

Esta nova especialização permi-

tirá aprofundar a pré-existente nas jurisdições civil e criminal, sobretudo a primeira e, nomeadamente, em Angra do Heroísmo, pois o Juízo Local Cível desta cidade, cingido a partir de agora às matérias cíveis e comerciais (liberto portanto dos processos de família, de menores e de trabalho), poderá dedicar-se apenas a estas e melhorar significativamente o seu tempo de resposta, aproximando-o do nível já alcançado em

### Pendências diminuíram mais de 60%

praticamente todos os demais Juízos do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores.

Contextualmente importará também referir que as pendências no Tribunal Judicial da comarca dos Açores (a cargo dos juizes, coadjuvados pelos funcionários dos serviços judiciais) diminuíram desde setembro de 2014 mais de 60% (sendo a mesma média nacional da ordem dos 41%) e o tempo médio de duração dos processos judiciais nos Açores diminuiu neste período cerca de dois terços. Estes excelentes resultados assentam em duas razões principais: a instalação e incremento local da especialização do serviço judicial; e a fixação de quadros (de juizes e de funcionários). Seguramente nenhuma delas se gerou espontaneamente, sendo antes fruto de estratégias de gestão gizadas para a eficiência dos serviços e para a melhoria da qualidade da resposta do sistema às solicitações da comunidade. E se o delineamento das estratégias foi primordialmente tarefa dos órgãos de gestão do Tribunal, a sua implementação envolveu (e envolve) todos os profissionais

da justiça e os diferentes organismos da comunidade que responderam afirmativamente ao nosso apelo (foram p. exemplo muito relevantes os contributos do governo regional, das autarquias locais e da Ordem dos Advogados, na influência para o ajustamento orgânico, para o preenchimento dos quadros e para a dignificação das instalações judiciais).

Pode com isto concluir-se que está tudo bem na justiça açoriana? Não, ainda não está. A justiça é um sistema burocrático cuja diversidade e complexidade não é imediatamente apreensível por todos (inclui naturalmente os Tribunais, mas também o Ministério Público – que é entidade distinta daqueles –, os advogados, os solicitadores e agentes de execução, as polícias, os serviços sociais e os de reinserção social, as perícias forenses, as prisões, etc.). Sendo uma combinação de partes que concorrem para um resultado algumas melhorias só serão possíveis quando todos acertarem o passo... E isso não acontece. Para além de fragilidades e insuficiências próprias – que tenho de reconhecer - há ainda, aqui e ali, atrasos de ajustamento e até alguns tiques atávicos de uma cultura burocrática que teima em não querer entrar no séc. XXI. Não esqueçamos que por cá, ainda há meia dúzia de anos, alguns se posicionavam contra a especialização e até (em contraciclo com a história) contra a fixação de juizes!

E a estrutura judicial açoriana está (já) completa? Também penso que não. Mas no ciclo em curso, já perto do fim, não deverão acontecer mais alterações de fundo. Isso ficará para o novo ciclo que se avizinha, com outros protagonistas na gestão. Creio, no entanto, que no concernente à primeira instância, o mais importante será consolidar o (muito) que foi alcançado. ❖

(\*) Juiz Desembargador. Presidente do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores



anos também permitiram agilizar o trabalho dos tribunais.

“A reforma de 2014 acabou por centralizar muitas das sinergias da justiça, na minha opinião, com uma perspetiva economicista e sem cumprir um princípio constitucional, que é o da proximidade. Mas, de facto, os processos que se iniciaram aquando ou depois dessas mudanças tiveram um andamento muito mais célere e não vejo que isso tenha prejudicado a qualidade das decisões. Vejo, sim, uma tendência de olhar para a celeridade como o ‘suprassumo’ da justiça e não pode ser. Essa perspetiva ainda não teve efeitos salientes, ao nível da qualidade, mas a continuarmos assim é isso que vai acontecer”, disse. ❖